

NA BASE

www.sind.org.br

I PLENÁRIA SINDICAL

Participação efetiva da categoria garante encontro proveitoso

Cerca de 200 pessoas participaram da I Plenária Sindical do nosso Sindicato que ocorreu nos dias 26 e 27 de junho, no Hotel Sol Bahia Atlântico. A abertura do evento foi na noite do dia 26 com as palestras dos assessores da FUP, o economista Henrique Jaeger e o advogado Normando Rodrigues. O tema da palestra de Jaeger foi "Os desafios do Pós-Pré-Sal" e abordou vários assuntos, traçando um itinerário histórico da regulamentação da indústria do petróleo no Brasil com foco na legislação, em especial a Lei 9.478/97, regulamentada durante o governo FHC, e que permite a exploração do petróleo brasileiro pelo capital privado nacional e estrangeiro. Falou ainda sobre o número de empregados diretos e terceirizados, os projetos do governo Lula para a Petrobrás, os investimentos e reflexos econômicos para o País com as descobertas de petróleo na camada do pré-sal e sobre controle das reservas.

O assessor jurídico da FUP tratou sobre a Lei 5.811/72 que regula o regime de trabalho desenvolvido pelos petroleiros (turnos ininterruptos) e os projetos de Lei 856/95, 3.101/97 e 3.765/2008. E também atualizou informações sobre a Súmula 391 do TST. Ele demonstrou preocupação com o aumento dos trabalhadores terceirizados na empresa, a precarização do trabalho e a quantidade de terceirizados que morrem vítimas de acidentes de trabalho. Normando explicou ainda que com as descobertas do pré-sal, a Petrobrás, além de se preocupar com as condições de trabalho precisa investir em infraestrutura e transporte para suportar as novas demandas da exploração e produção da camada do pré-sal.

No sábado, 27, os participantes se dividiram em grupos para analisar e construir as propostas



David Menezes

dos trabalhadores petroleiros da Bahia a serem encaminhadas para o I Plenafup para que constem na pauta de reivindicações da categoria e debateram algumas teses da IV Plenária da CNQ-CUT. Os grupos de trabalho foram divididos em Sindicalismo; Setor Privado e Teses da CNQ e Segurança e Benefícios, Saúde e SMS. A categoria analisou ponto a ponto e fez diversas novas propostas. Parlamentares compareceram ao evento, assim como o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, que em sua fala elogiou o nosso Sindicato, pois foi o que até agora mais recolheu assinaturas para

o projeto de lei de iniciativa popular que exige uma nova legislação que regule o setor petróleo.

No final da Plenária foram eleitos os delegados, da chapa única "Fortalecimento da CUT, CNQ e FUP", que irão representar o nosso Sindicato na IV Plenária da CNQ-CUT e I Plenafup. A CNQ-CUT realiza sua IV Plenária nos dias 20, 21 e 22 de julho, em Itupeva, São Paulo. a FUP realiza a I Plenafup de 02 a 05 de julho, na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) - Assentamento Contestado, cidade da Lapa, Paraná. O tema deste ano é "Somos todos Trabalhadores".

Principais propostas que serão encaminhadas para o I PLENAFUP

- Garantia da AMS para pai e mãe
 - Auxílio educação no ensino superior para os titulares e seus dependentes
 - Fornecimento do laudo (PPP) que garanta a aposentadoria especial para todos os que trabalham expostos
 - Extensão do Adicional de Áreas Remotas para os trabalhadores das Refinarias e Terminais
 - Garantir aos trabalhadores terceirizados todos os direitos concedidos aos trabalhadores próprios.
 - Regramento da PLR- definir um regramento para a PLR, tomando como base a proposta da FUP aprovada pela categoria.
 - Criação de uma Comissão para discutir o Programa de Atendimento ao Excepcional (PAE).
- Foi aprovada ainda a pauta dos aposentados e pensionistas

CLÁUSULA 4ª
GANHAMOS E
VAMOS LEVAR
CUSTE O QUE
CUSTAR!

Ano 04 • Nº 170 • 30 de junho
a 07 de julho de 2009

CLÁUSULA 4ª

No dia 29/6, o processo da Cláusula Quarta (RE 194.662) que tramita no STF, em Brasília, foi liberado pelo Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski, tendo sido encaminhado à Secretaria do Plenário daquela Corte. Até então, os autos estavam com vista regimental do Ministro Lewandowski, que agora deu por encerrado o seu estudo da causa. Agora, a inclusão do processo em pauta depende do Presidente do Tribunal. Cumpre lembrar que o Supremo estará em recesso de 2 a 31 de julho. Os nossos advogados manterão máxima atenção quanto aos próximos passos do andamento processual.

**Honduras – Protestos
contra o Golpe de Estado**

Pág 02

**Sol Embalagens
– Insatisfação com valor
da PLR.**

Pág 03

**Petrobrás– Categoria
repudia punições de
companheiros**

Pág 04

Na contramão da história. Assim agiu o Supremo Tribunal Federal (STF) ao derrubar a exigência do diploma para exercício da profissão de jornalista. Para justificar seu voto o Ministro Gilmar Mendes, comparou de forma infeliz, a profissão de jornalista à de cozinheiro, alegando que em nenhuma das duas funções seria necessário ter um diploma. E mais: que a profissão de jornalista não oferece perigo de dano à coletividade. Como não oferece perigo? E os danos que podem ser causados por uma notícia inverídica ou repassada ao leitor sem uma apuração correta ou de forma antiética? Imaginem o que pode acontecer se jornais e televisões forem comandados por pessoas que não sabem o verdadeiro significado e importância do jornalismo. São os bons jornalistas, que passam em média quatro anos nas faculdades, que aprendem a identificar a verdadeira notícia, filtrar as informações e repassá-las de forma contextualizada, respeitando o direito do leitor de receber uma notícia isenta e ampla.

A desregulamentação da profissão só interessa aos donos das mídias que com isso podem pagar menos aos seus empregados. É um grande retrocesso colocar nos meios de comunicação pessoas sem formação específica o que pode resultar em notícias de má qualidade e até inverídicas. Se outros profissionais querem expressar suas opiniões, que continuem expressando através de artigos ou em blogs e websites como já acontece, mas que não se arvorem em campo desconhecido, pois para ser jornalista é preciso ter formação. Aliás, a decisão do STF é perigosa, pois abre precedentes, daqui a pouco advogados, psicólogos, nutricionistas e economistas também podem ter desregulamentadas as suas profissões.

ESTAMOS DE OLHO

PETROBRÁS

Petroleiros que aderiram ao PIDV na década de 90 lutam por anistia

Foi fundado no dia 17 de junho, na Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, o “Comando Nacional de Lutas para a Reintegração dos Petroleiros Vítimas das Políticas Reducionistas e Amorais dos Planos de Incentivo à saída Voluntária”. O Comando elegeu como presidente o companheiro Valdemar Moreira da Silva Filho e representantes para as regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. O grupo pretende organizar e encaminhar as estratégias de mo-

bilização e luta para a reintegração de todos os companheiros que foram vitimados pela tentativa da política de dilapidação do maior patrimônio público dos brasileiros: a Petrobrás. Muitos petroleiros que entraram no Programa de Incentivo a Demissão Voluntária (PIDV) na década de 90 sentem hoje que caíram em uma armadilha, afinal na época, iludidos, pensaram que programas como este seriam viáveis de se aderir para se tentar uma vida profissional autônoma. Os petroleiros demitidos chamam

a atenção para o fato de o governo atual estar implementando junto às empresas, políticas públicas de primeirização. Uma forma de se conseguir isto seria a possibilidade de se anistiar aqueles que na década de 90, impensadamente, aderiram ao PIDV. Os trabalhadores que saíram da Petrobrás no PIDV, devem entrar em contato com Carlos Machado, tel: 8783-6069 (e-mail: carlosmachado@bol.com.br) ou com Edvaldo “Papada”, tel: 8112-2426 (e-mail: ed_apollo@hotmail.com).

ELEIÇÕES 2010

CUT elabora plataforma

A CUT anunciou que em março do próximo ano lançará sua Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2010, com propostas e reivindicações para orientar suas bases sindicais a escolher os melhores candidatos à Presidência da República, aos governos estaduais e ao

Congresso Nacional. O documento também será entregue aos candidatos e candidatas. A Plataforma será elaborada a partir de uma série de debates e seminários que a CUT realizará em todas as regiões do País. Na ocasião serão envolvidos todos os ramos de atividade em

que a Central atua. A Plataforma e seu processo de construção representam uma nova etapa da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, que teve início em 2005 através do lançamento da Agenda dos Trabalhadores

HONDURAS

CSA condena o Golpe de Estado

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadores das Américas (CSA), Víctor Báez Mosqueira, condenou de forma contundente o golpe efetuado por forças militares em Honduras, no dia 28 de junho, e que teve como o principal eixo a remoção e posterior expulsão do país do presidente Manuel Zelaya. “Nós exigimos respeito pela integridade física e pela vida do Presidente Zelaya, e sua restituição como a mais alta autoridade do país, bem como o pleno respeito pelas instituições democráticas da República de Honduras. Nós também expressamos a nossa solidariedade com o povo hondurenho, com o movimento sindical e social com sua mobilização para

a restauração da democracia e em apoio ao presidente”, disse Víctor Báez, expressando a opinião de seus afiliados no país, a CGT, CUT e CTH, e apelou à comunidade internacional, particularmente à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU) para agir imediatamente frente à grave crise institucional em Honduras. O golpe perpetrado pelos militares é o último capítulo de uma confrontação entre os poderes políticos daquele país diante da decisão do Presidente Zelaya de prosseguir com uma consulta popular não vinculante para decidir sobre a possibilidade de um processo constitucional que permita a renovação das

estruturas políticas de Honduras. A consulta tinha gerado um significativo apoio popular e o movimento sindical foi um dos seus principais patrocinadores. A CSA denuncia a existência de listas de líderes políticos e sociais para serem presos pelos militares por seu compromisso com o referendo, o que poderia desencadear uma situação muito grave de repressão com consequências imprevisíveis e agravamento da situação. A CSA também solicita ao movimento sindical internacional para estarem prontas para a solidariedade com os irmãos e irmãs sindicalistas de Honduras e com a sua ação para o restabelecimento da democracia e das instituições no país.

BOLETIM NA BASE

BOLETIM INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA Rua Marujos do Brasil, nº20, Nazaré, SSA/BA, CEP 40050-030, Tel.: (71) 3444-1313 Fax: (71) 3444-1327 E-mails: Setor de Comunicação: imprensa@sind.org.br Sindicato: sind@sind.org.br Tiragem: 18.000 exemplares

PETROBRÁS

Notícias da Rlam

CIC - Os trabalhadores do CIC, que legalmente têm direito a um intervalo de 15 minutos, pois possuem jornada ininterrupta superior a quatro horas, têm sido pressionados por alguns Coordenadores do turno (Cotur) até no momento de fazer suas necessidades fisiológicas. Além de ilegal, esta atitude caracteriza-se prática de assédio moral. O Sindicato não aceita este tipo de comportamento

e cobra um posicionamento firme da gerência geral. Se os abusos continuarem vamos denunciar aos órgãos competentes e publicar os nomes dos responsáveis.

Novos operadores - Os operadores do empreendimento na Rlam são os únicos dos recém contratados em todo o sistema Petrobrás que ainda não foram para o turno. Queremos solução imediata.

Calote nos operadores - Operado-

res da RNEST, que trabalharam na Rlam durante a parada realizaram 120 horas extras, mas só receberam 40. O gerente teve a coragem de dizer que a RNEST não havia feito a programação e não constava no acordo do treinamento. As horas foram executadas na Rlam e devem ser pagas pela Rlam. Basta de enrolação! Isso é calote. Esperamos que não seja necessário voltar a SRH.

SOL EMBALAGENS

PLR: empresa burla legislação

O Sindicato e a comissão de PLR foram para a mesa de negociação acreditando que a empresa atenderia de imediato a reivindicação dos trabalhadores. Foram surpreendidos! A direção quer pagar, mais uma vez, apenas o valor de PLR que está estipulado na Convenção Coletiva, alegando que segue a legislação. O sindicato argumentou que esta regra não se aplica a Sol Embalagens, pois sua produção está acima das 150 toneladas/mês e por isso deve pagar uma PLR condizente com a

realidade do que está sendo produzido pelos trabalhadores. No ano passado, entendendo que a empresa estava em uma situação delicada economicamente, os trabalhadores acabaram aceitando um pagamento bem menor de PLR, contrariando a lógica dos acordos de PLRs das outras empresas plásticas acompanhadas pelo sindicato que pagaram em média R\$ 600 de Participação nos Lucros. À época, a direção da Sol explicou que no início do ano terminaria de pagar algumas dívidas,

só depois disso discutiria valores mais altos para o pagamento da PLR em 2009. Neste caso, a direção esqueceu sua palavra e a promessa ficou apenas na intenção, acabou relegando para segundo plano um direito do trabalhador e segundo soubemos novamente fez empréstimos. E pior, não sabemos para onde foram os investimentos. Só que alertamos a direção da empresa que em 2009 os trabalhadores não vão abrir mão de uma PLR justa e se for preciso iremos à luta!

SITICCAN

Reajuste salarial de até 22%

Os trabalhadores filiados ao Sitticcan (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Candeias e Região), depois de cerca de 16 dias em greve, de 02 a 17 de junho, comemoram uma importante vitória. Eles conquistaram um excelente acordo coletivo com reajustes salariais que vão de 9% a até 22%,

como foi o caso dos encanadores e eletricitas. Também conseguiram aumentar de 18% para 20% a porcentagem que incide no DSR (Descanso Semanal Remunerado) e uma cesta básica de R\$ 90,00, no cartão, para todos os trabalhadores, inclusive para aqueles que antes não recebiam este benefício. Os

trabalhadores atuam em várias empresas do ramo nos municípios de Candeias, São Sebastião do Passe, São Francisco do Conde e Simões Filho. De acordo com o Sitticcan na Rlam e em outras unidades da Petrobras a adesão à greve foi de 100%. O Sindicato parabeniza os trabalhadores por esta vitória.

PETROBRÁS

Indicadores para regramento da PLR

No dia 29 aconteceu a terceira rodada de negociação entre a FUP e a Petrobrás para tratar do regramento da PLR. A reunião discutiu os indicadores, que serão de cinco a oito, no máximo. A negociação está tendo como base a proposta aprovada pelos trabalhadores e que

foi apresentada à empresa no ano passado. Participam do processo de negociação seis representantes da FUP e seis da Petrobrás, além de suas assessorias.

A previsão inicial de conclusão é o dia 15 de agosto e a proposta de regramento da PLR que sair

da mesa de negociação será encaminhada aos trabalhadores para avaliação. Acesse na página da FUP (<http://www.fup.org.br/plr.php>) a íntegra do modelo de regramento, que foi aprovado pela categoria e que está servindo de base nesta negociação com a Petrobrás.

2 DE JULHO

Na quinta-feira, vamos comemorar uma data histórica e de grande importância, não só para os baianos, mas para todo o povo brasileiro: o 2 de Julho. O Sindicato convoca a categoria a participar dos eventos festivos que lembram a data patriótica. A concentração será às 9h, no Largo da Lapinha. As comemorações relembram as últimas lutas pela independência do Brasil, que tiveram como palco a cidade do Salvador. Mesmo com a declaração de independência do Brasil de Portugal, proferida pelo imperador D. Pedro I, em setembro de 1822, foi somente em 2 de Julho de 1823 que o Exército e a Marinha do Brasil conseguiram expulsar, definitivamente, os portugueses de Salvador. Desde então, a data passou a ter uma importância cívica e histórica muito grande.

FORTLEV

O trabalhador, do setor de almoxarifado, Clóvis Silva de Jesus Filho, foi eleito representante sindical de base com 86% dos votos. A eleição aconteceu nos dias 09 e 10 de junho.

ADIN

Pedido de vista do ministro Eros Grau interrompeu, na quarta-feira (24), no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4067, do Democratas (ex-PFL), que questiona repasse de recursos da contribuição sindical às centrais. "O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Advocacia Geral da União (AGU) pugnam pela improcedência da Adin", afirmou o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, sustentando a legalidade da legislação impugnada. Ele lembrou que as centrais sindicais existem desde 1983, quando o Brasil ainda estava sob regime militar e era presidido pelo general João Batista de Figueiredo. Ele disse que não há dispositivo constitucional que vede a criação de centrais sindicais e que essas são entidades sindicais, porque foram criadas por entidades sindicais. (Fonte: DIAP e CNQ)

Telefones do Sindicato
GERAL: 3444-1313
FAX: 3444-1327

MOBILIZAÇÃO

Baianos saem às ruas para apoiar campanha "O Petróleo tem que ser nosso"

No dia 18/06, com faixas de protesto e palavras de ordem, cerca de 3.000 pessoas percorreram três quilômetros do Campo Grande à Praça Castro Alves, para exigir uma Petrobras 100% pública e uma nova lei para a exploração de petróleo e gás. O evento se transformou ainda em um grande protesto da sociedade civil contra os que defendem a instalação da CPI da Petrobras, no Senado Federal. A caminhada foi organizada, na Bahia, pelo Comitê Estadual da Campanha "O Petróleo tem que ser nosso" e estavam presentes as centrais sindicais; representantes dos movimentos populares e estudantis; Movimento dos Sem Teto de Salvador, parlamentares e vereadores do PT; Sindicatos e lideranças do Sindicato



Deivid Menezes

dos Químicos/Petroleiros- BA e da FUP. A caminhada foi animada pela banda Marco Zero do projeto Buscando Cidadania, do bairro do Lobato que desenvolve um trabalho de inclusão social com jovens e crianças do local.

Durante a caminhada, os sindicalistas e representantes dos movimentos presentes, manifestaram em seus discursos apoio à Campanha nacional da FUP e denunciaram a manobra dos partidos direitistas em querer fragilizar a Pe-

trobras e entregar de vez a estatal ao capital estrangeiro. Além disso, manifestaram-se contra a CPI da Petrobras e deram apoio irrestrito à estatal como patrimônio do povo brasileiro. Muitos deles lembraram ainda que estas denúncias surgem agora quando são anunciadas grandes descobertas de petróleo na área do pré-sal. A reivindicação do movimento sindical é que a riqueza gerada com o pré-sal seja revertida em saúde, educação e projetos em benefício do povo brasileiro. Dando continuidade a programação nacional, o movimento estudantil se prepara para realizar uma grande passeata no dia 16 de julho, em Brasília, para ratificar a importância do envolvimento dos estudantes na luta pela soberania nacional.

I PLENAFUP

"Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo"

Durante a I Plenafup, os congressistas de todo o País vão discutir as estratégias de mobilização contra a direção da Petrobrás muito antes da campanha reivindicatória. O motivo é a notificação, no dia 25/06, de cerca de 90 trabalhadores da Bacia de Campos, das plataformas PRA-1, P-12 e P-19, com advertências e suspensões pelo que classifica arbitrariamente de "excessos cometidos" durante a greve nacional de cinco dias, realizada em março deste ano.

Após a greve, a Petrobrás tinha se comprometido com a FUP de que não haveria retaliações, infelizmente a categoria não acredita mais na palavra dos dirigentes da empresa e está disposta a ir à luta contra as punições.

Segundo informações do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), a empresa agiu com autoritarismo ao montar uma comissão interna, formada apenas por gerentes, para apurar os tais "excessos" du-

rante a greve, sem ouvir sequer os trabalhadores. Para o Sindicato, os excessos partiram das gerências, que cortaram a comunicação dos trabalhadores que estavam nas plataformas, praticaram cárcere privado, embarcaram equipes de contingências sem qualquer preparo para lidar com emergências, entre outras barbaridades cometidas durante a greve. A entidade denuncia ainda o caso de quatro trabalhadores suspensos que estão sendo punidos pela empresa

com a redução de salário, por meio da mudança de regime de trabalho. Eles foram transferidos da Plataforma (PRA-1) para o administrativo, onde o salário é menor.

A Federação Única dos Trabalhadores (FUP) e seus Sindicatos reafirmam que as punições praticadas na Bacia de Campos são indevidas e que reagirão contra mais este ataque ao direito de greve e à organização sindical.

(Com informações da FUP)

CUT

Mobilização pela redução da jornada de trabalho

As centrais sindicais CUT, CGTB, CTB, Força, NCST e UGT entregarão uma carta aos parlamentares no dia 30/06, às 14h, na Câmara Federal, em Brasília, sobre a importância da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário. Neste mesmo dia, a Comissão Especial que trata do tema irá votar o relatório favorável ao projeto, apresentado pelo deputado Vicentinho (PT-SP). O manifesto destaca que devido à

atual crise financeira urge a necessidade de defender os empregos e os salários dos trabalhadores e trabalhadoras e por isso é imprescindível a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 393/2001. A CUT acredita que com a aprovação da medida serão criados 2,2 milhões de novos postos de trabalho. Além disso, os lucros acumulados pelos setores econômicos, bem como as altas taxas de produtividade registradas nos últimos anos,

criam larga margem para a redução da jornada e a proteção dos salários sem qualquer prejuízo para a competitividade ou perdas econômicas dos empregadores, como alegam alguns conservadores. Conforme estudos do economista Cássio Calvete, do Dieese, o impacto da medida no custo da mão-de-obra seria praticamente nulo, a redução para 40 horas semanais aumentaria o custo da mão de obra em 2%, o que seria absorvido em apenas seis

meses, frente ao ritmo de crescimento da produtividade.

Bahia – As centrais sindicais baianas realizam uma manifestação em frente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), às 10h, com a participação de vários sindicatos, inclusive lideranças sindicais desta Entidade.

(Com informações da CUT, veja a íntegra do documento no endereço <http://www.cut.org.br/content/view/15267/>).